

CAPÍTULO 10:

A construção das identidades estudantis nos espaços das universidades públicas brasileiras

Rafael Gonçalves dos Santos
Maria Cristina Piana

INTRODUÇÃO

As presentes análises são fruto da pesquisa desenvolvida pela dissertação de mestrado publicada em 2023 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) na Unesp, Campus de Franca (SP)¹. As discussões e reflexões tecidas pelo pesquisador do referido programa indicam que as universidades públicas brasileiras têm sofrido, nas últimas décadas, as piores consequências acentuadas pela agenda neoliberal ultrarradical e negacionista, e que foi responsável por expandir um movimento contraditório que, ao invés de ofertar condições dignas de acesso, permanência e conclusão qualificada nas universidades públicas, fez com que estudantes das periferias urbanas fossem expulsos desses espaços, fator esse que representa uma forte violação dos seus direitos sociais fundamentais.

Não somente a identidade estudantil tornou-se alvo da padronização do perfil predominante de quem acessa e permanece nos espaços das universidades, mas também a própria imagem construída sobre as universidades públicas sofreu ataques e discursos falaciosos responsáveis por produzir e reproduzir informações desconexas da realidade contemporânea. Segundo Giolo, Leher e Sguissardi (2020, p. 31), houve várias publicações nos meios de comunicação e nas redes sociais realizadas, por exemplo, pelo ensaísta, polemista e ideólogo brasileiro, Olavo de Carvalho, que contribuíram com que as universidades públicas fossem apreendidas enquanto espaços impróprios, desqualificados e de formação comunista: “universidades, no Brasil, são, em primeiro lugar, pontos de distribuição de drogas. Em segundo, locais de suruba. A propaganda comunopetista fica só em terceiro lugar” (Asmar, 2019).

O pensamento conservador tende a alcançar, de maneira mais rápida e fácil, todos os estratos sociais com discursos convincentes que reafirmam a defesa de uma sociedade individualista, anti-humanitária, tradicional e que se torna incapaz de identificar as contradições sociais existentes em seu próprio meio, de modo a naturalizar as suas desigualdades.

¹ A dissertação encontra-se disponível no Repositório Institucional da Unesp, podendo ser acessada por meio deste link: <https://repositorio.unesp.br/items/7f3e41a1-89e4-4dab-a97b-71162c64d2fc>.

Trata-se da apologia do sistema capitalista que atua para destruir as bases do Estado Social, responsável pela privatização dos serviços e políticas públicas, fazendo com que o Estado intervenha somente contra as contestações à ordem vigente. É sobre esse cenário caótico que o papel das universidades passa a deparar-se com a ideologia pós-moderna, a influência neopositivista e o ideário neoconservador, que atacam a construção do pensamento científico e crítico, naturalizam as desigualdades, subjetivizam a história e transferem a existência de conflitos para o campo imaginário, facilitando a resignação e o pessimismo diante da realidade (Barroco, 2015, p. 633 *apud* De Mari; Thiengo; Melo, 2023, p. 255).

Somado a esses retrocessos históricos no âmbito da Educação Superior, também é possível identificar em curso um movimento de americanização perversa das universidades públicas a partir do aumento do financiamento de empresas privadas e empreendedoras da educação que apresentam, dentre as suas principais características, um movimento de destruição das instituições e dos serviços públicos, tanto no que diz respeito a sua autonomia, gestão financeira quanto o planejamento didático-pedagógico.

Com o intuito de analisar as principais transformações sobre as universidades públicas e a realidade social dos(as) jovens no cenário contemporâneo, a presente pesquisa apresenta um recorte temporal entre os anos de 2020 e 2021, principalmente por corresponder a um período onde os impactos da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, acentuadas pelo coronavírus (COVID-19) tornaram-se ainda mais expressivos sob as condições de vida dos(as) jovens e de seus familiares das classes populares urbanas, influenciando diretamente as condições de permanência desse segmento social na Educação Superior pública.

Apesar de muitas universidades terem garantido a ampliação do direito de acesso de estudantes negros(as), indígenas e dos setores sociais oriundos das redes de ensino públicas, ainda é possível identificar uma oferta insuficiente de programas governamentais que possibilitem assegurar a permanência estudantil ao ingressar no ensino superior. Isso inclui a realização de orientações acadêmicas, a participação de estudantes que trabalham nas atividades organizadas pelo tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), além do fomento à participação popular no enfrentamento dos elevados índices de exclusão, evasão e abandono escolar.

A problemática central denunciada pela presente pesquisa fundamenta-se a partir do aporte teórico do referencial crítico-dialético, uma vez que contribui para a compreensão de que a dinâmica complexa das desigualdades no acesso e na permanência estudantil, enraizadas nas estruturas da sociedade capitalista, atingem de maneira desigual milhares de estudantes mulheres, negros(as), povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAPN+ e dentre outros coletivos sociais.

Percurso metodológico do desenvolvimento da pesquisa

O processo de elaboração e organização de todas as etapas da presente pesquisa foi pautada em três reflexões teóricas principais: a defesa da universidade pública socialmente referenciada, a construção da identidade estudantil e a necessária articulação intersetorial entre as políticas públicas e os movimentos estudantis em defesa da permanência estudantil nas universidades públicas.

Ancorado ao referencial crítico e crítico-dialético, buscou-se conhecer melhor a realidade, as expectativas e os principais desafios enfrentados pelos(as) jovens que ingressaram na Educação Superior pública, de modo a compreender a sua relação direta com o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), o processo de formação da identidade estudantil e as determinações contraditórias do mundo do trabalho contemporâneo ante aos impactos e consequências agravadas pela pandemia de COVID-19.

No segundo momento, realizamos estudos para identificar as políticas educacionais de permanência estudantil enquanto dever do Estado, na garantia de oportunidades de acesso, permanência e conclusão no âmbito da Educação Superior com vistas à construção de uma universidade pública de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada.

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentou todas as análises e reflexões teóricas por meio do desenvolvimento da pesquisa empírica. A pesquisa de campo é uma etapa da metodologia científica de pesquisa que realiza interpretações, análises e observações de fenômenos que ocorrem em determinados cenários e ambientes. Seguindo essas considerações, foi realizada uma pesquisa de campo dividida em duas partes principais.

A primeira parte consistiu na aplicação de questionários semiestruturados por meio da disponibilização de formulários *online*, com o intuito de refletir como os impactos e as consequências provocadas pela COVID-19 atingiram e ainda atingem, direta e indiretamente, as suas condições de permanência na universidade. Os questionários *online*² foram respondidos por dez discentes que cursam o terceiro e o quarto ano do ensino superior na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca (SP), no curso de Serviço Social, nos períodos diurno e noturno, a fim de conhecer a sua realidade, as expectativas e os principais desafios enfrentados para permanecer nos espaços da universidade, além de analisar a sua relação direta com as atividades complementares que constituem o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Nesse sentido, foram adotados alguns critérios para a participação e seleção das respostas apresentadas pelos(as) participantes da pesquisa de campo, de modo a atender ao objetivo central apresentado pelo objeto e pela problemática da presente pesquisa.

² O convite para a participação da pesquisa de campo foi realizado por meio de divulgação nas salas de aula, nos grupos de estudantes criados no aplicativo *WhatsApp* e via e-mail.

O primeiro critério adotado para escolher o terceiro e quarto ano de graduação para a aplicação dos questionários *online* corresponde ao fato de que esses/as discentes vivenciaram a fase inicial da emergência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil enquanto estavam na universidade, cujos impactos provocaram graves transformações sob as suas condições de vida, nas suas relações com familiares e amigos(as), na manutenção da sua saúde mental, além da suspensão das aulas presenciais e na consequente adesão ao ensino à distância — coberto pelo manto ideológico do ensino remoto.

O segundo critério utilizado para a participação dos(as) discentes na pesquisa consiste em selecionar estudantes que são da permanência estudantil, atentando-se ao respeito e no aceite ao convite para a pesquisa de campo e, principalmente, à identificação do(a) discente com o tema proposto pela pesquisa.

O último critério adotado para selecionar as respostas que contribuiriam para a reflexão teórica desenvolvida consistiu na seleção das respostas que foram ao encontro com a problemática central apresentada, ou seja, que permitiram identificar qual o perfil predominante dos(as) jovens que conseguiram permanecer na universidade pública diante dos desafios do contexto de crise estrutural e sanitária acentuada pela pandemia de COVID-19.

Para maior fundamentação das reflexões propostas, o principal referencial teórico utilizado para a análise das respostas da pesquisa de campo corresponde à identificação das categorias da dialética (totalidade, contradição, historicidade e mediação), que foram indispensáveis para compreender de que forma determinadas relações complexas, a exemplo dos desafios contemporâneos para a promoção do direito à permanência estudantil na universidade pública, se particularizam na realidade e no meio social vivenciado por estudantes das classes populares urbanas.

Na segunda parte da pesquisa de campo, foi organizado um roteiro para a realização de entrevista com uma discente que estuda em outra instituição de ensino superior pública do Estado de São Paulo, no município de Franca (SP), do curso de Gestão de Recursos Humanos. Foi adotado como instrumento de registro das respostas um dispositivo de gravação de áudio para melhor apreensão de todas as informações e depoimentos compartilhados. No total, foram realizadas quatorze perguntas objetivas, com o intuito de analisar os principais desafios enfrentados pela discente para permanecer na Educação Superior no contexto da pandemia de COVID-19, tendo em vista os impactos das políticas neoliberais sobre as suas condições de vida.

No que concerne aos referenciais teóricos da presente pesquisa, esses corroboram com a discussão metodológica presente no método de Marx (2008), cuja categoria central do seu pensamento consiste na perspectiva da totalidade. Segundo Martinelli, Lima e Diniz (2019), o método aspira à totalidade, podendo ser apreendido como uma opção política e não simplesmente como um determinado procedimento.

Nesse sentido, a presente pesquisa possui como objeto central analisar as condições de permanência do(a) jovem na universidade pública no contexto da pandemia de Covid-19, tendo em vista os impactos das políticas neoliberais sobre as suas condições de vida.

Análise do perfil predominante dos(as) jovens que permaneceram nas Universidades Públicas no contexto pandêmico

Durante a gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de 2010, para expandir e melhorar as condições de permanência estudantil no âmbito das universidades públicas federais brasileiras, foi criado, a partir do Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no Ministério da Educação. Conforme o seu Artigo 3º, o programa deve ser implementado de forma articulada com as atividades propostas pelo tripé universitário (Ensino, Pesquisa e Extensão), para atender discentes regularmente matriculados(as)/es em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino superior, a partir da oferta dos seguintes subsídios: “moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (Brasil, 2010).

No que concerne ao programa de assistência estudantil oferecida pela Unesp, Campus de Franca (SP), são disponibilizados cerca de nove auxílios estudantis para os(as) discentes da graduação, a fim de contribuir com a sua permanência estudantil e fortalecer a relação com as atividades complementares de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dentre os principais auxílios e subsídios³ oferecidos pela universidade, pode-se elencar:

- I. **Auxílio Financeiro I** (subsídio ao/à discente de graduação para que consiga realizar o curso em que foi matriculado, nos casos de alta vulnerabilidade, recebendo o valor mensal de R\$ 500,00 com período de vigência de até 12 meses);
- II. **Auxílio Financeiro II** (subsídio ao/à discente de graduação para que consiga realizar o curso em que foi matriculado, nos casos de alta vulnerabilidade, recebendo o valor mensal de R\$ 400,00 com período de vigência de até 12 meses);
- III. **Subsídio Alimentação** (subsídio financeiro concedido aos/às discentes contemplados com qualquer modalidade de auxílio de permanência estudantil, recebendo o valor mensal de R\$ 300,00 com vigência de até 12 meses);
- IV. **Moradia Estudantil** (moradia destinada à permanência no campus pelos(as) discentes de graduação, presente em doze Unidades Universitárias (Araraquara, Araçatuba, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Instituto de Artes (SP), São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Rio Claro);
- V. **Auxílio Especial** (subsídio financeiro concedido aos/às discentes com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Art 5º, § 1º, I e II, e/ou doenças graves e que apresente vulnerabilidade socioeconômica, recebendo o valor mensal de R\$ 500,00);

³ A relação apresentada dos auxílios e benefícios oferecidos aos/às discentes pela UNESP Campus de Franca/SP foram disponibilizados pelo Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante na página online da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca (Unesp, 2023).

- VI. **Auxílio Provisório** (subsídio financeiro no valor de R\$ 500,00 para ingressantes que estão em situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica, no período compreendido entre a matrícula e o resultado final do Processo Seletivo, desde que justificado pelo Núcleo ou Comissão Local de Permanência Estudantil);
- VII. **Auxílio Estágio** (subsídio financeiro no valor de R\$ 500,00 destinado para discentes que realizam Estágio Curricular Obrigatório não remunerado, quando o estágio não puder ser realizado no município sede da universidade);
- VIII. **Auxílio Transporte** (concedido para discentes contemplados com a Moradia Estudantil e que apresentam dificuldades para locomoção até a Unidade Universitária. É fornecido um Cartão Escolar com o benefício de cinquenta por cento (50%) de desconto do valor da tarifa vigente na compra do passe);
- IX. **Restaurante Universitário (RU)** (fornecimento de quinhentas refeições/dia em dez Unidades Universitárias: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto).
- X. **Bolsa de Enfrentamento à Precariedade Menstrual** (atenção à saúde física e emocional de discentes que menstruam, possibilitando o acesso a absorventes e coletores menstruais. São oferecidas trinta e quatro bolsas no valor de R\$ 700,00 e vigência de 12 meses) (Unesp, 2023).

A partir da análise dos auxílios ofertados, o processo de apreensão das informações e interpretação dos resultados obtidos na pesquisa de campo partiu das condições sócio-étnico-culturais dos(as) jovens em relação a sua realidade e ao meio social em que estão inseridos(as)/es, além das suas condições objetivas de permanência na universidade e dos desafios de acesso aos referidos auxílios e subsídios do programa de assistência estudantil, principalmente a partir da pandemia de Covid-19.

Com o intuito de prezar pela integridade dos(as) participantes da pesquisa de campo e pela responsabilidade ética para a análise das respostas enviadas, utilizamos nomes fictícios para apresentar as falas dos(as) alunos(as), de modo a resguardar e respeitar a sua confidencialidade.

No que concerne ao perfil dos(as) discentes que participaram da pesquisa, a idade dos(as) participantes apresenta como faixa etária predominante 20 a 23 anos, sendo 80% do sexo feminino (cisgênero) e somente 20% do sexo masculino (cisgênero). A respeito da orientação afetiva sexual, 50% se identificam como heterossexuais, 40% bissexuais e 10% homossexuais. Em relação ao pertencimento étnico-racial⁴, 30% são pretos, 20% pardos e 50% brancos. Nenhum/a participante da pesquisa de campo informou possuir algum tipo de deficiência⁵.

No que se refere à forma de ingresso na universidade no período em que prestaram o vestibular, é possível observar que as políticas de cotas foram fundamentais para o acesso desses/as discentes na universidade pública, uma vez que a maioria dos(as) discentes do curso de Serviço Social que participaram da pesquisa ingressou na graduação por meio do Sistema de Reservas de

⁴ A presente investigação utilizou as terminologias aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a classificação de raça/etnia.

⁵ A classificação de deficiência foi organizada com base no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os tipos de deficiência: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva e múltipla, correspondente à associação de mais de um tipo de deficiência).

Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP) — correspondendo a cinquenta por cento (50%) — e pelo SRVEBP + PPI (autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas), sendo trinta por cento (30%) das respostas registradas. Do total apurado, apenas vinte por cento (20%) dos(as) discentes ingressaram por meio do Sistema Universal.

Um fator importante obtido durante a pesquisa de campo consistiu nos desafios que esses/as discentes apresentaram para conseguirem se manter na graduação. Do total das respostas registradas, 70% dos(as) discentes precisaram mudar de cidade para realizar o curso, enquanto somente 30% indicaram não ter precisado planejar a sua forma de moradia por já residirem no município onde o Campus está localizado.

Dentre os auxílios listados anteriormente e organizados pelo PNAES, foi possível identificar que os benefícios mais solicitados pela/as discentes acompanham a seguinte ordem: 87% possuem auxílio socioeconômico I e II; aproximadamente 62,5% recebem subsídio alimentação e cerca de 12,5% têm auxílio aluguel. Nenhum outro auxílio e/ou bolsa foi selecionado durante a pesquisa de campo.

Ao questionarmos sobre a efetividade da política de permanência estudantil e a necessidade de aplicação de melhorias para torná-la acessível a todo corpo estudantil, foi possível constatar várias opiniões em comum que alertam para a necessidade de ampliação do valor e da oferta das bolsas para o atendimento de toda demanda estudantil, além de tornar o processo seletivo menos burocrático.

Foi possível compreender que o programa de permanência estudantil apresenta uma divisão de opiniões no que concerne ao atendimento das expectativas dos(as) discentes. Segundo a opinião da discente Amanda, ela reitera a urgência da revisão “dos métodos de seletividade e das etapas de concessão de bolsas que cada vez mais estão burocratizadas”. A discente Beatriz também afirma que seria necessário existir “um sistema menos burocrático, porque se pede uma documentação gigantesca que acaba dificultando esse processo. Além de muitas vezes, o valor não ser suficiente”.

A discente Carol nos alerta para que “ela seja abrangente como política pública e atenda a todos que dela requererem, além de ser contínua e condizente com os custos de vida do universitário”. Logo, os auxílios concedidos ao corpo estudantil também precisam ser suficientes para o atendimento das suas necessidades socioeconômicas.

O discente Daniel apresentou algumas críticas sobre o processo de concessão dos auxílios: “Que chegue a todos os alunos e tenha auxílio o suficiente para todos, não acredito que haja uma avaliação adequada nesse processo, muitas coisas estão erradas”.

No tocante ao perfil de alunos que passaram a ingressar no mundo do trabalho, 70% dos(as) discentes passaram a trabalhar em decorrência dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, enquanto 30% já trabalharam antes da emergência da pandemia.

No que diz respeito às relações dos(as) discentes com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da universidade, após o retorno às atividades presenciais, 90% dos(as) discentes indicaram conseguir voltar a participar de algum grupo de estudos e pesquisas ou de extensão. Entretanto, o fomento à pesquisa científica ainda é muito baixo nos espaços acadêmicos. No total

das respostas analisadas, constatou-se que 60% dos(as) discentes não possuem bolsa de iniciação científica, enquanto somente 40% indicaram possuir bolsa PIBIC no âmbito da CNPq.

Para compreendermos de maneira aprofundada como as expressões de preconceito e/ou discriminação ocorrem nos espaços acadêmicos, 50% dos(as) discentes indicaram não ter sofrido ou presenciado algum tipo de preconceito e/ou discriminação interseccionado pelas categorias classe social, raça/etnia, gênero e/ou sexualidade. Um dado curioso indicou que a maioria dos(as) discentes que selecionaram essa opção são cisgêneros e se autodeclararam brancos(as). Por outro lado, 30% afirmaram já ter presenciado e/ou terem sido vítimas de algum tipo de preconceito e/ou discriminação na universidade, e 20% preferiram não responder. Embora tenham preferido não responder essa questão, alguns comentários importantes foram registrados pelas discentes.

A discente Fabiana comentou que “dentro da universidade é algo mais ‘velado’, estrutural... Fora nas festas é ‘mais visível’”. Já a discente Gabriela sente que “dentro da universidade, embora seja um lugar que na teoria seria de acolhimento, existe muito cancelamento dos próprios alunos”. Ao alimentar o sentimento de que o espaço acadêmico não contribui para a sua permanência, a discente Isabelly acrescenta: “percebo certo desafeto quando falo a respeito da permanência, não sei explicar o comportamento, mas me deixa como se estivesse num lugar que não fosse para mim”.

Ao perguntarmos se os(as) discentes se sentiam representados(as)/es na universidade em que estudam, 60% indicaram não se sentirem representados(as)/es, enquanto somente 40% afirmaram que se sentem representados(as)/es em seu espaço acadêmico. Durante todas as reflexões teóricas realizadas, buscou-se demonstrar que a agenda neoliberal tem implementado um projeto negacionista e reacionários de privatização da Educação Superior para consolidar universidades que privilegiam um perfil estudantil específico, ou seja, estudantes da elite branca dominante e que expulsam dos diversos espaços acadêmicos a grande maioria dos(as) estudantes das classes populares urbanas e periféricas.

Esses elementos também podem ser identificados nas próprias palavras dos(as) discentes que sofrem diariamente com as consequências desse movimento contraditório. A discente Amanda acrescenta que “sendo uma pessoa negra e de permanência estudantil, é difícil de existir dentro dessa universidade classista e branca”.

O discente Daniel também chamou a atenção para um fator que ainda é muito recorrente no âmbito da Educação Superior pública: “a universidade pública não é um espaço para o jovem ou adulto que trabalha e/ou tem família, não há condições para que possamos nos manter”. A discente Beatriz apresentou a seguinte opinião: “a maioria dos professores (a), tudo branca. Não tive uma professora mulher negra, além do mais a maioria dos nossos usuários (Serviço Social), são pessoas negras”. O discente Felipe acrescentou: “só me sinto representado quando estou com os meus, os mesmos que usam da permanência”.

De maneira complementar aos comentários realizados, o discente Erick também afirmou que “embora tentem ocultar essa questão, é notório que ainda há um perfil predominante de quem

consegue participar ativamente de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, principalmente em horários comerciais onde estudantes que trabalham não conseguem”.

Os depoimentos e comentários realizados pelos(as) discentes apenas evidenciam as diversas expressões da estrutura heteropatriarcal–racista–capitalista presente nos espaços das universidades e que atingem de maneira desigual a mulheres, negros(as), indígenas, a comunidade LGBTQIAPN+ e dentre outros coletivos sociais.

Ao analisar a participação dos(as) discentes nas atividades que constituem o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), foi solicitado que os(as) discentes avaliassem a sua participação efetiva no espaço acadêmico, selecionando as atividades das quais conseguiam participar. Os resultados analisados indicam que 50% dos(as) estudantes participam de grupos de estudos, 80% em grupos de pesquisa; 60% em grupos de extensão; 30% em congressos; 50% em atividades no âmbito da iniciação científica e 20% em outras atividades complementares.

Ao questionar se possuíam alguma dificuldade para participar dessas atividades complementares, foi possível identificar que 90% dos(as) discentes possuem alguma dificuldade para conseguir participar com frequência de alguma atividade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Um dos fatores mais recorrentes diz respeito à disponibilidade de tempo hábil para participação nas referidas atividades. A discente Fabiana comentou que “algumas acontecem no horário das aulas e por isso não é possível acompanhar”. Por apresentar dificuldades e críticas ao meio de transporte da cidade, o discente Felipe acrescentou: “não consigo estar presente na Unesp o tempo todo para participar das reuniões, pois moro longe e ônibus pra Unesp é péssimo”. Vários(as) discentes também chamaram a atenção para a sobrecarga de demandas que a graduação apresenta, aos horários em que as atividades são realizadas — o que inviabiliza a participação efetiva de discentes que trabalham — e para os perigos existentes próximo ao Campus, com riscos de assaltos e violências frequentes.

Com o intuito de compreender os principais impactos provocados pela pandemia de Covid-19 sobre as condições objetivas e subjetivas de permanência dos(as) discentes na universidade pública em que estudam, elaboramos uma métrica de avaliação, organizada em uma escala de zero a dez pontos, dividida por estágios de satisfação, sendo: zero (nenhuma); um, dois e três (pouca); quatro, cinco e seis (razoável); sete, oito e nove (média) e dez (totalmente), a fim de analisar de que forma o cenário pandêmico afetou diretamente a permanência na graduação, a manutenção da saúde mental e as condições de aprendizagem a partir da adesão às aulas remotas e da consequente adequação das metodologias de ensino.

Nessa perspectiva, foi solicitado que os(as) discentes indicassem, numa escala de zero a dez, o quanto a pandemia de COVID-19 afetou as suas condições de permanência na universidade. Do total apurado, 10% indicaram que foram pouco afetados(as)/es; 30% foram razoavelmente afetados(as)/es e 60%, totalmente afetados(as)/es pelo cenário pandêmico. Ao questionarmos quais os fatores poderiam ter afetado diretamente as condições de permanência na universidade, a maioria

dos(as) discentes indicou como principais fatores: necessidades financeiras, adesão ao ensino remoto e situações de desemprego.

Para aprofundar as reflexões sobre esses aspectos, os(as) discentes indicaram, numa escala de zero a dez, o quanto a pandemia de Covid-19 afetou a saúde mental para dar continuidade no curso de graduação diante do contexto de crise econômica, política, social, ambiental, cultural e sanitária. Dentre as respostas registradas, 20% indicaram que a sua saúde mental foi razoavelmente afetada; 50% informaram ter sido afetada de forma média, enquanto 30% afirmaram que a sua saúde mental foi totalmente afetada.

Em relação aos principais fatores provocados pelo cenário pandêmico que afetaram a manutenção da saúde mental dos(as) discentes durante o período de adesão às aulas remotas, foram elencados como fatores determinantes: crises de ansiedade, estresse, depressão e morte de familiares contaminados pelo vírus da COVID-19. O discente Gustavo classificou como principais aspectos: “o contexto, as demandas de atividades, além de ambientes não apropriados na nossa casa para estudar. Além da família etc.”. No que diz respeito à realidade social vivenciada pelos(as) discentes, a discente Isabelly comentou: “dificuldades para me concentrar e estudar em casa, além de não possuir espaços adequados com escrivaninha para apoiar o material”.

Dentro da mesma escala avaliativa de zero a dez pontos, os(as) discentes avaliaram o seu nível de satisfação em relação às aulas remotas realizadas na graduação entre os anos de 2020 e 2021, período marcado pela emergência e expansão da pandemia de COVID-19 no Brasil e pelo maior agravamento das expressões da questão social. Do total das avaliações registradas, 20% dos(as) discentes não possuíam nenhuma satisfação com as aulas remotas (atribuindo a nota zero); 30% avaliaram as aulas remotas com a nota 1 (pouca satisfação); 10% atribuíram a nota 4 (avaliação razoável), 30% deram a nota 5 (avaliação razoável) e 10% avaliaram com a nota 6 (avaliação razoável) as aulas realizadas na plataforma *online* durante o período pandêmico.

Os principais motivos indicados para justificar as notas baixas atribuídas às disciplinas envolvem diversas questões estruturais e, principalmente, as consequências provocadas pelo modelo de ensino precário inspirado na modalidade de Educação a Distância. A discente Jaine registrou a sua indignação: “Minha decepção com as aulas é no sentido de todas as críticas que podemos fazer do ensino à distância num curso como Serviço Social, as aulas não eram tão dinâmicas e participativas quanto estão sendo agora no presencial. Mas acredito que ocorreu o que poderia ser feito na conjuntura em que vivemos na pandemia”.

O discente Daniel acrescentou: “acho o EaD péssimo, fora que estava acontecendo muita coisa no mundo externo que fazia com que a última preocupação fosse a aula”. A discente Gabriela também afirmou: “eu não consegui aprender nada, por não conseguir me adaptar no meio pandêmico, onde perdi famílias próximas e quase perdi o meu pai”. Outros(as) discentes também indicaram a ausência de métodos e dinâmicas de ensino adequadas ao cenário pandêmico, a precarização da aplicação dos conteúdos, a perda da qualidade do ensino e do contato presencial com os espaços

da universidade, embora tenham reconhecido que era o único formato possível de ser adotado durante o período de isolamento social.

Embora a maioria dos(as) discentes tenha afirmado possuir aparelhos eletrônicos e acesso à internet — 90% das respostas registradas — para estudar e acompanhar as aulas remotas, foi possível constatar que mais da metade dos(as) discentes, isto é, 70%, não possuía, em suas residências, espaços adequados para estudar e participar das aulas e atividades *online*, enquanto somente 30% informaram possuir espaços adequados para a realização das atividades remotas do seu curso.

Os principais aspectos que influenciaram a precarização das condições dos(as) discentes para realizarem as atividades remotas dizem respeito à falta de espaços nas residências para apoio do material, ambientes inadequados e/ou insalubres e problemas familiares. A discente Fabiana pontuou: “moro com muitas pessoas em casa e sempre havia momentos em que não havia internet e privacidade para acompanhar as aulas”. Já a discente Carol acrescentou: “eu tinha que cuidar da minha vó, fazer almoço e tudo mais e ficava meio complicado acompanhar, pelo menos ao vivo”. O discente Erick também apresentou algumas dificuldades: “excesso de barulho e pessoas em casa, sem espaço específico para estudar, muitos estímulos atrapalhando o estudo”.

Na segunda parte da pesquisa de campo, foi organizado um roteiro com vinte perguntas objetivas para a realização de entrevista com uma discente do terceiro período do curso de Gestão de Recursos Humanos em uma instituição de Ensino Superior pública no município de Franca (SP). Nesta etapa de análise e compartilhamento do depoimento, foi utilizado o nome fictício “Solange” para proteger a identidade da estudante.

Solange é mulher, preta, trinta e sete anos, heterossexual (cisgênero), mãe de dois adolescentes, casada e não possui nenhum tipo de deficiência. Atualmente, Solange trabalha integralmente em uma empresa privada e precisa conciliar o trabalho com as tarefas domiciliares e os estudos no período noturno. A discente reforça que, por ter sido mãe muito jovem, precisou trabalhar muito cedo para suprir as necessidades familiares, priorizando o trabalho e, mais tarde, os seus estudos. Atualmente, como os seus filhos cresceram, Solange conseguiu retomar os estudos, mas ainda enfrenta diversas dificuldades para conseguir conciliá-lo com a sua jornada de trabalho. Em relação aos impactos provocados pela pandemia de Covid-19, Solange declarou que: “com a pandemia, foi muito difícil nos manter porque a condição social que eu tinha era diferente da que eu tenho agora. Eu tive um estabelecimento comercial que precisei fechar por conta da crise, o que me levou a precisar voltar a trabalhar para outras pessoas”.

Para analisar a forma com a discente participou do processo seletivo para ingressar no curso superior e os principais desafios enfrentados para permanecer na Educação Superior pública, principalmente durante a pandemia de COVID-19 no período de 2020 a 2022, ela relatou que: “Para entrar na faculdade, utilizei a política de cota racial e também, como era durante a pandemia, a minha faculdade selecionou os estudantes por meio do histórico escolar do Ensino Médio porque não havia como fazer o vestibular por conta da falta de estruturas adequadas. Então, analisaram todas as notas do histórico do Ensino Médio para organizar a classificação dos alunos”.

Ao perguntarmos se, na instituição de Ensino Superior em que Solange estuda, existe alguma política de assistência e permanência estudantil, a discente respondeu: “Não existe nenhum tipo de política que possa ajudar as pessoas a permanecerem na faculdade. É complicado falar sobre necessidades, porque cada estudante possui uma necessidade diferente. Por ser uma faculdade pública, do Estado, que não tem nenhum custo mensal, vejo que a questão financeira é o que mais pesa, principalmente na questão de transporte e no fornecimento de materiais de estudo. Eu acho muito importante que haja bolsas e auxílios socioeconômicos, porque nem todo mundo tem condições de trabalhar ou de estar trabalhando naquele momento. O que sempre colocamos em primeiro lugar é a alimentação, porque uma pessoa que não está bem alimentada não possuirá condições de prosseguir com os seus estudos”.

Durante a entrevista, Solange comentou que não se sente representada em sua faculdade: “Eu creio que, enquanto sendo uma mulher, preta e de trinta e sete anos — porque a faixa etária universitária predominante varia entre 20 e 21 anos —, isso influencia bastante. Em toda a minha graduação, não tive nenhuma professora preta que me representasse. Não existe nenhum ponto de representatividade dentro da minha faculdade. A maioria das pessoas que estão nesses espaços são brancas. Olhando de maneira ampla, no Brasil, a maioria das pessoas são negras, e essa parcela é a maioria da população carcerária. Na faculdade, a maioria das pessoas pretas são encontradas somente nas áreas de serviços, como segurança e limpeza, mas em cargos na secretaria, docência e diretoria, elas praticamente não existem”.

Ao perguntarmos se a pandemia teria afetado a permanência de Solange na faculdade, a discente explicou: “a pandemia afetou a nossa turma bastante. Muitas pessoas não tinham acesso à *internet*, computadores em suas casas, além da necessidade de cuidarem dos seus filhos. Isso levou muitas pessoas a interromperem ou até mesmo saírem do curso durante a pandemia”.

Por último, pedimos para que Solange comentasse o que ela acredita que seja necessário para que a universidade se torne um espaço inclusivo e diversificado no aspecto social, cultural e étnico/racial. Segundo a discente, “as pessoas precisam começar a enxergar o outro de maneira diferente, porque a maioria não possui empatia. Os grupos minoritários estão cada vez mais fadados ao esquecimento. Se a faculdade precisa ser inclusiva, então ela também precisa olhar para cada necessidade existente. Olhando para a minha realidade, eu sendo uma mulher preta, mãe, que estudei a vida toda em escola pública e com quase quarenta anos, também preciso que olhem quais são as minhas necessidades. Eu tenho filhos, trabalho, tarefas domésticas etc. Então nessas condições, por exemplo, seria interessante passar um trabalho com prazo de dois dias para fazer a entrega no meio de semana? Qual será o tempo que precisarei me dedicar para realizar o trabalho? Ele seria realizado na madrugada? Para que depois, ainda na madrugada, eu precise acordar para ir trabalhar?”.

A partir dos dados e opiniões apresentadas pelos(as) discentes durante a aplicação dos questionários semiestruturados e no desenvolvimento da pesquisa de campo, faz-se necessário salientar que a política de assistência estudantil precisa ser apreendida enquanto política pública

indispensável para a defesa do direito de acesso, permanência e conclusão da graduação em todas as instituições de ensino superior pública no país.

Nesse sentido, não podemos nos conformar com o quadro de contrarreformas e dos retrocessos históricos no âmbito da educação no país. É importante que haja maior investimento do orçamento público para a implementação de políticas públicas, de modo a reafirmar o seu papel intersectorial na garantia de maior qualidade em todas as Etapas, Níveis e Modalidades da educação nas redes públicas de ensino.

Diante das reflexões realizadas, é possível compreender que a política de cotas consiste em uma importante política pública para reparação histórica das desigualdades de acesso nas instituições de Educação Superior pública do País. Recentemente, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou o Projeto de Lei n.º 3.109 de 15 de junho de 2023, propondo a reserva de 5% das vagas em Universidades Federais e demais instituições federais de ensino superior para o acesso de pessoas trans e travestis.

O referido Projeto de Lei atua para combater as contradições históricas que atingem as condições de vida desses coletivos, principalmente por ainda fazerem parte das estatísticas e dos indicadores associados à prostituição, violência e morte.

Em síntese, observa-se que a educação fora fortemente apropriada enquanto um instrumento de guerra cultural e ideológico, marcada principalmente pela crise na oferta de serviços públicos, casos de corrupção e trocas constantes de ministros em um período de crise sanitária que exigia a adoção de medidas imediatas para o país.

A partir da perspectiva de totalidade, urge a necessidade de fortalecer o protagonismo estudantil e os movimentos coletivos de luta e defesa das universidades, que têm sido atingidas pelas consequências da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, intensificada pela agudização das expressões da questão social, e que caminham em defesa dos direitos humanos e sociais historicamente conquistados. Contudo, “o discurso ideológico nos ameaça a anestesiarmos nossas mentes, confunde as nossas curiosidades, distorce a compreensão dos fatos e dos acontecimentos ao nosso redor” (Freire, 1996, p.132). Não podemos nos calar. É preciso lutar contra o projeto reacionário da atual ordem social, haja vista a existência de um regime democrático frágil e de uma sociedade esfacelada, unida irônica e perversamente pela descrença da perspectiva de coletividade.

Considerações finais

Os resultados e os depoimentos compartilhados pelos(as) discentes permitem tecer algumas considerações e questionamentos necessários para a reafirmação da universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada. Durante as divulgações nas salas de aula e, a partir das participações no preenchimento dos questionários *online*, não foi possível identificar nenhum/a discente com faixa etária superior a 30 anos de idade ou que tenha participado da modalidade de

Educação de Jovens e Adultos. Ao mesmo tempo, não foi possível identificar no curso nenhuma discente travesti e/ou transexual que pudesse compartilhar a sua experiência vivenciada no espaço acadêmico. Nem mesmo foi possível encontrar discentes com deficiência, povos indígenas e quilombolas. Assim, é possível concluir que a comunidade acadêmica ainda possui um perfil sócio-étnico-cultural predominante de discentes que conseguem acessar, permanecer e concluir a Educação Superior pública.

No curso de Serviço Social da UNESP, Campus de Franca (SP), onde foi realizada a pesquisa de campo, foi possível identificar que a maioria dos(as) discentes eram brancos(as) e cisgêneros, e que esses/as discentes correspondem ao mesmo perfil estudantil que indicaram não ter vivenciado nenhum tipo de preconceito e/ou discriminação por classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, além de se sentirem representado(a)s nos espaços da universidade em que estudam.

A partir dessas análises, as reflexões tecidas precisam ser apreendidas no centro da relação existente entre os conceitos de consubstancialidade e coextensividade, uma vez que permitem compreender a forma como a dinâmica complexa e contraditória das ações de violência e de repressão reproduzidas pelo aparelho do estado, pelas matrizes religiosas e pela sociedade civil atinge desigualmente mulheres, negros(as), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, é importante que haja uma apreensão crítica acerca das estruturas que reproduzem as desigualdades demarcadas por um sistema capitalista que naturaliza discursos preconceituosos, discriminatórios e de fundamentalismos religiosos que fragilizam as bases de sustentação da laicidade do poder público. Para tanto, a análise dos reflexos das desigualdades sociais não elimina sua dimensão individual, mas estas estão condicionadas às categorias de classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, sustentadas pela categoria trabalho e sua dimensão ontológica.

Tais fatores são indispensáveis para o entendimento de que a influência das estruturas do cis-heteropatriarcado e do racismo estrutural não é originária de um plano ideal, mas historicamente construída no interior do sistema de produção e exploração capitalista. Com base no aporte teórico da teoria social de Marx, as desigualdades sociais podem ser analisadas por meio das relações antagônicas existentes entre as classes sociais e, sobretudo, pela contradição entre capital e trabalho.

Um dos desafios para o marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividade e interesses, apresentando dimensões políticas específicas (Araújo, 2000, p. 70).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, conforme disposto em seu Artigo 204, a elaboração do Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com o principal objetivo de combater as desigualdades sociais em busca de maior acesso, permanência e qualidade do ensino. Entretanto, ainda existem diversos desafios a serem enfrentados para a análise e planejamento de políticas públicas destinadas à promoção do direito à Educação Supe-

rior pública, universal, de qualidade, laica, que respeite a diversidade e que seja capaz de construir espaços de maior representatividade para reafirmação da identidade estudantil.

Sem a efetivação do direito de acesso às políticas de assistência estudantil, tudo o que é público tende a tornar-se privado e, somados a esses desafios, o cenário pandêmico da Covid-19 contribuiu para esse processo de privatização, impulsionado pela suspensão das aulas presenciais, fazendo, inclusive, com que os restaurantes universitários fossem fechados.

Os resultados analisados da pesquisa de campo também evidenciaram que, em decorrência da adoção do ensino remoto e da modalidade EaD pelos grandes oligopólios privados do ensino superior, a realidade e o meio social dos(as) discentes foram marcados por relações de desigualdade em sua permanência na universidade, principalmente por não possuírem recursos financeiros suficientes, acesso à *internet*, espaços e estruturas adequadas em suas residências para conseguirem estudar e concluir o ano letivo. Somados a esses fatores, é notório que as constantes crises de ansiedade, estresse, depressão, a falta de metodologias adequadas para ministrar as disciplinas e a precarização do ensino culminaram no consequente aumento do número de evasão e repetência em todas as Etapas e Níveis da educação.

Destarte, é preciso avançar no processo de planejamento e implantação de serviços, programas e projetos no âmbito da Educação Superior pública por meio da expansão da assistência material e simbólica aos/as discentes, a partir da oferta de bolsas de permanência estudantil e de uma atenção particular que contemple os seus aspectos biopsicossociais, a fim de contribuir para a construção de estudos e pesquisas científicas, além de construir mecanismos articulados de participação e controle social junto aos movimentos estudantis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 7, n. 11, p. 65-70, 2000. DOI: 10.53000/cma.v7i11.19724. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19724>. Acesso em: 26 fev. 2024.

ASMAR, M. 11.3.2019. **Olavo de Carvalho**: notas das redes sociais reunidas, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2019/03/11/11-3-2019/>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

DE MARI, C. L.; THIENGO, L. C.; MELO, S. D. G. A agenda de estado mínimo e o avanço da extrema direita no Brasil: expressões na Educação Superior. In: FOLTRAN, E. P.; RODRIGUES, M. F. (org.). **Efeito Bolsonaro na educação**: análise crítica. Ponta Grossa: ZH4, 2023. p. 248- 268.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de Educação Superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020.

MARTINELLI, M. L.; LIMA, N.; DINIZ, R. **A história oral na pesquisa em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UNESP. **Núcleo Técnico de Apoio ao Estudante**. Permanência Estudantil. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2023. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/permanencia-estudantil/permanencia-estudantil/>. Acesso em: 16 out. 2024.